

É POSSÍVEL IDENTIFICAR RACISMO AMBIENTAL NA MÍDIA? UMA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA EM VEÍCULOS DA IMPRENSA LOCAL DO VALE DO PARAÍBA, SP

Isabella Ribeiro; e-mail: isabella.ribeiro@fatec.sp.gov.br

Orientador Prof. Dr. Erico Luciano Pagotto; e-mail: erico.pagotto@fatec.sp.gov.br

Área do Conhecimento: Sociologia

Palavras-chave: Racismo ambiental. Análise crítica do discurso. Criminalização. Higienismo. Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o racismo vem sendo encarado como uma característica estrutural da sociedade decorrente, dentre vários fatores, sobretudo do histórico colonialista ainda não totalmente superado. Já há uma compreensão jurídica de que discursos racistas não são aceitáveis nas relações sociais em geral e na mídia em específico, mas em se tratando de algo que estrutura a sociedade brasileira nos mais variados âmbitos, compreender que os maiores meios de comunicação e propagação de informação não subvertem a lógica racial do país, é entender que a suposta neutralidade das mídias corrobora com a naturalização do racismo em geral, sendo assim questionáveis (PENNA, 2015).

Uma das faces desse problema é o racismo ambiental, cujos efeitos podem ser sintetizados como a penalização ambiental daqueles que para além de serem marginalizados, sofrem as consequências de se exporem ao risco em detrimento daqueles que possuem maior poder aquisitivo (ACSELRAD, 2002). Para que se tenha uma ideia do que isso representa, de acordo com Jesus (2020), uma pessoa negra morre a cada uma hora e meia por falta de saneamento no Brasil.

A importância do tema se dá diante da profunda desigualdade social, econômica e ambiental que historicamente segrega grupos específicos, que não têm seus direitos garantidos em detrimento do poder daqueles que estão no topo das pirâmides sociais e que governam em função dos seus próprios interesses (ACSELRAD, 2002, HERCULANO, 2008, PACHECO, 2008).

Considerando-se as disputas territoriais do país como um *continuum* colonizador de privatização de áreas de interesse ambiental e econômico, percebe-se que essa herança repercute também nos discursos daqueles que a propagam como forma de validação e naturalização do que constitui a atual cultura e dinâmica social.

Por fim, a importância da discussão que esta pesquisa propõe consiste em contribuir para dar visibilidade à temática do racismo ambiental e aos movimentos que lutam para legitimar seus direitos, denunciando os agentes que promovem a desigualdade e resistindo às adversidades de se expor aos riscos ambientais. Assim, a pergunta-problema que esta pesquisa pretende responder é “seria possível identificar racismo ambiental por meio de discursos midiáticos?”. O tema é relevante pois, mesmo havendo uma liberdade de imprensa decorrente do conjunto de liberdades do atual regime político democrático, na prática, essa mídia pode servir como uma ferramenta ideológica comprometida com interesses de classe (UMAMAHESWAR, 2020), que como já citado, permeiam a socialização do racismo e desigualdades socioambientais.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto é investigar se o racismo ambiental pode ser revelado por meio da análise de discursos midiáticos.

Os objetivos específicos são: (1) identificar como o racismo ambiental pode ser delimitado por meio de aspectos discursivos; (2) analisar criticamente discursos midiáticos com indicadores de racismo ambiental; (3) discutir como os diferentes grupos sociais aparecem representados, revelando aspectos ideológicos que contribuem para a existência deste fenômeno; (4) discutir caminhos possíveis para buscar sua superação. Em revisão bibliográfica, foi possível encontrar na literatura diversas definições e aspectos característicos do racismo ambiente, que foram sumarizados no Quadro I.

Quadro I: Definições e indicadores do racismo ambiental

Fonte	Caracterização
Herculano, 2008, p. 2	Quando a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento recai sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.
Andrade e Faria, 2021, p. 8	Desvincular a lógica das injustiças ambientais de seus causadores.
Andrade e Faria, 2021, p. 10	Regiões geográficas bem definidas onde o interesse econômico se sobrepõe ao interesse da população.
Bullard, 2005	Discriminação racial nas políticas ambientais, na falta de políticas públicas de modo geral e nos investimentos negligenciados que prejudicam as condições de habitação, trabalho ou lazer, voluntária ou involuntariamente, de grupos, comunidades e indivíduos, por motivos de raça, cor e classe social.

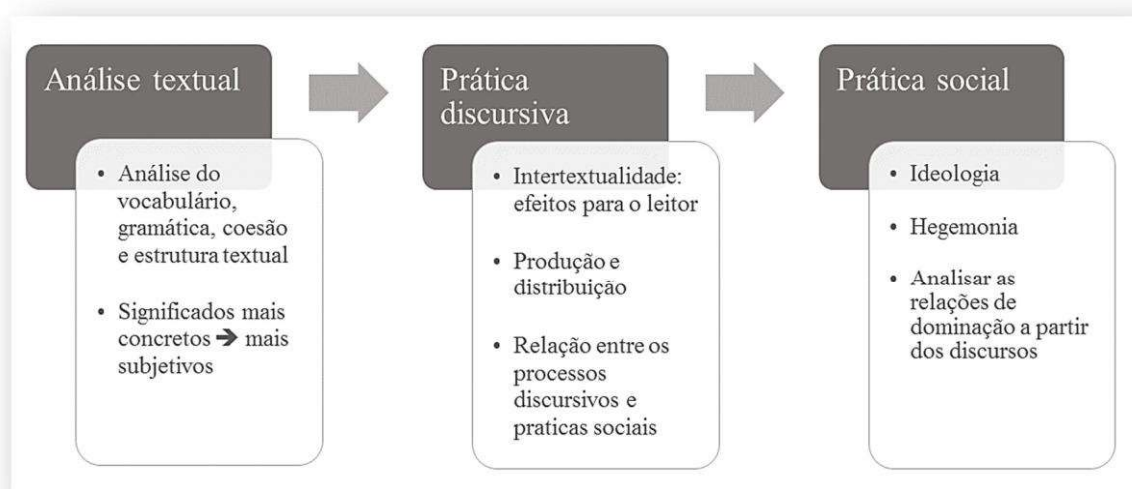
Fonte: elaborado pela autora.

A partir destas definições, pode-se analisar o racismo ambiental por meio de quatro componentes estruturantes que operam de forma integrada:

- Componente político: ausência ou deficiência de políticas públicas que promovam a justiça socioambiental;
- Componente econômico: interesse econômico prevalecendo sobre investimentos na promoção da justiça socioambiental;
- Componente ambiental: Áreas degradadas como palco de injustiças socioambientais;
- Componente social: população mais afetadas por mazelas ambientais devido à raça, cor ou classe social.

3. METODOLOGIA

A pesquisa seguiu o modelo da Análise Crítica do Discurso – ACD proposta por Fairclough (1995, 2001), que compreende três dimensões: (1) a análise textual, (2) a análise das práticas discursivas e (3) a análise das práticas sociais (Fig. 1).

Figura 1 – Dimensões da Análise Crítica do Discurso.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Fairclough (2001) e Resende e Ramalho (2006).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comparação entre as matérias analisadas revelou que por um lado há omissão da voz da população vulnerável, silenciamento em relação aos direitos à cidade, à qualidade de vida e ao meio ambiente equilibrado, enquanto por outro há naturalização de processos higienistas, de gentrificação e desumanização dessas comunidades.

A partir da ACD das três matérias foi possível identificar em cada uma os quatro componentes do racismo ambiental: político, social, econômico e ambiental. A comparação das matérias entre si permite tanto identificar os elementos que se repetem: expressões pejorativas para associação à comunidade, responsabilização da população pela ampliação das ocupações, silenciamento quanto às causas que levaram às ocupações, falta de saneamento ambiental adequado, invisibilização da voz dessas comunidades nas matérias (ou sua identificação apenas em contextos negativos), silenciamento quanto à ausência do Poder Público para garantia de cidadania plena, etc., como também classificar os elementos característicos de cada componente:

- Componente política: discurso político usado como justificativa para desocupação de áreas ao invés de promoção da justiça social, falas ambíguas dos gestores públicos, omissão da fala dos defensores públicos e do respectivo processo legal;
- Componentes econômica: silenciamento quanto aos fatores que levaram à situação de injustiça social, crítica à autogestão financeira das comunidades, consequências da gentrificação desconsideradas;
- Componente social: omissão da fala dos moradores das ocupações ou representantes populares nomeados apenas em contextos negativos, estigmatização e associação das periferias à violência, Estado retratado como representante dos interesses legítimos da população mesmo quando suas ações não correspondem ao interesse dela;
- Componente ambiental: silenciamento sobre a ausência do poder público em situações de ocupações insalubres; desconsideração das necessidades da população por espaço para suas atividades e silenciamento quanto aos grandes proprietários de terra improdutiva nas periferias urbanas.

Logo, é possível estabelecer que o que está contido nas três matérias jornalísticas se caracteriza como racismo ambiental.

5. CONCLUSÃO

A estigmatização e criminalização da população marginalizada, a omissão da responsabilidade institucional e a invisibilização da fala e visão das comunidades-alvo das matérias foram os principais elementos observados nos três discursos. Tais aspectos de cunho ideológico e hegemônico revelam como o racismo pode se perpetuar de tal modo que o que se demonstra de forma velada, camuflada e não explícita, se coloca como um discurso ainda mais perverso – discurso esse oriundo de mídias hegemônicas e elitizadas – dado que a criminalização, estigmatização e invisibilização vão sendo cada vez mais naturalizadas, aprimorando a ideologia que sustenta o racismo estrutural.

Compreender e combater o racismo ambiental, para além do fomento acadêmico, pode contribuir na prática por uma melhoria direta à qualidade de vida de populações marginalizadas, a partir de políticas públicas que garantam o acesso e o direito à cidade, moradia digna, saneamento ambiental adequado e humanização daqueles que se encontram no limbo das desigualdades da classe trabalhadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 5. p 49 – 60. Editora UFPR. 2002.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues; FARIA, Efrain Francisco. Educação Ambiental na “Cidade das Fundições”: políticas públicas e a configuração do racismo ambiental. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, 2021.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 98, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS*. São Paulo v.3, n.01. 2008.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. *Série Textos Água e Ambiente*, v.2, p.11-23, 2008.

PENNA, Fábio Rodrigo. Ironia: uma faceta do racismo institucional na mídia. *IV Colóquio Internacional sobre Educação, Cidadania e Exclusão*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

RESENDE, V. M., RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

UMAMAHESWAR, J. Policing and Racial (In)Justice in the Media: Newspaper Portrayals of the “Black Lives Matter” Movement. *Civic Sociology*, no. 1, vol. 01. 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela oportunidade e concessão da bolsa PIBITI. Agradeço ao instituto Centro Paula Souza e FATEC Jacareí, que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, em suas mais variadas formas de apoio. Agradeço ao meu orientador Érico Luciano Pagotto, pelo incentivo e excelente orientação para que o projeto se desenvolvesse da melhor forma possível.